



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

PUBLICADO

LEI Nº1.176/2013

Jornal 12 Bandeirante
Edição 1.191 PG: 6 e 7
Data 18/12/13 a 19/12/13

Sp. da F. P. novos
Rúbrica

DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 213/1995, DE 29.09.1995, QUE CRIOU O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E, ACRESCENTA DISPOSITIVOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º- Fica alterado o inciso VI bem como acrescido o inciso VIII ao artigo 2º da Lei nº 213/95 de 29/09/1995, na forma a seguir:

Art. 2º- ...

I- ...

II- ...

III- ...

IV- ...

V- ...

VI- Doações em espécies feitas diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social;

VII- ...

VIII- Recursos referentes a prestações ou outras contribuições provenientes de financiamento na área habitacional e geração de renda.

Art. 2º- O artigo 3º da Lei nº 213/1995 de 29/09/1995 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§1º- A proposta Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, constará do Plano Diretor do Município.

§2º- O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social FMAS, integrará o orçamento do Órgão da Administração Pública Municipal.

Art.3º- Dá Nova redação ao caput do artigo 4º e ao inciso II, bem como acrescenta os incisos VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII e parágrafos 1º e 2º na forma a seguir:

Art.4º- Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Assistência Social, poderão ser aplicados em:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

- I- ...
- II- Pagamento pela prestação de serviços a entidades dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I, do art. 15 da Lei Orgânica da Assistência Social;
- III- ...
- IV- ...
- V- ...
- VI- ...
- VII- ...
- VIII- Programas para melhoria, ampliação ou construção de habitações populares;
- IX- Regularização fundiária;
- X- Programas de proteção especial às crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, maternidade e demais grupos expostos à situação de risco físico ou social;
- XI- Convênios, Auxílio Financeiro e subvenção às entidades, social e juridicamente organizadas, para o atendimento direto, defesa, estudos, pesquisas, proteção, apoio e orientação sócio familiar e garantia dos direitos sociais dos grupos descritos no inciso III deste artigo, desde que comprovado pelo CMAS, mediante o Plano de Aplicação apresentado no Plano de Trabalho;
- XII- Manutenção e funcionamento do CMAS, incluindo material de infraestrutura e equipamentos em geral para prestação de serviços, Programas de políticas sociais básicas e de assistência social especializada para os que dela necessitarem, e aquelas estabelecidas em leis especiais;
- XIII- Programas de geração de trabalho e renda;
- XIV- Quaisquer outras ações de interesse social aprovadas pelo CMAS;
- XV- Recursos referentes a prestações ou outras contribuições provenientes de financiamentos na área habitacional e geração de rendas;
- XVI- Implantar e Implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, conselheiros, gestores, técnicos governamentais e não governamentais, usuários entre outros atores, orientada por princípios éticos políticos e profissionais para garantir atendimento de qualidade na Assistência Social enquanto Política Pública;
- XVII- Construir e implementar a política de gestão de pessoas (Recursos Humanos), mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica, ascensão profissional com remuneração de acordo com o nível da categoria no município e criação de planos de cargos e salários

§ 1º- Os recursos do FMAS deverão ser aplicados segundo o Plano Municipal de Assistência Social e o Plano de Aplicação de Recursos, deliberados pelo CMAS, aprovadas pelo Executivo e Legislativo.

§ 2º- As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos, ou infringirem a legislação em vigor, terão cancelado seu registro no CMAS, sem prejuízo das ações civis e penais.

Art.4º - Cria-se o Capítulo I, II e III, dando nova redação aos artigos 5º, 6º e 7º, acrescentando os artigos 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Lei nº 213/95 na forma a seguir:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO DO FMAS

SEÇÃO I

DA OPERACIONALIZAÇÃO E VINCULAÇÃO DO FMAS

Art.5º - O FMAS, ficará subordinado operacionalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, que contará com o apoio da Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral e Secretaria Municipal de Fazenda na execução das atividades de orçamento e contabilidade.

Parágrafo único - O FMAS ficará vinculado ao CMAS, conforme preceitua o Artigo 30, Inciso II, da Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Federal n.º 8.742/93.

Art.6º- São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao FMAS:

- I- Elaborar e deliberar sobre o Plano Municipal de Assistência e o Plano de Aplicação de Recursos do FMAS;
- II- Aprovar os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação de recursos;
- III- Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do FMAS;
- IV- Avaliar e aprovar os balancetes bimestrais e o balanço anual do FMAS;
- V- Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do FMAS;
- VI- Mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do FMAS;
- VII- Fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do FMAS, requisitando para tal, auditoria do Poder Executivo sempre que necessário;
- VIII- Aprovar convênios, consórcios, ajustes, acordos, compromissos e contratos a serem executados através de recursos do FMAS;
- IX- Fazer publicar na Imprensa Oficial do Município, ou fixar em locais de fácil acesso à comunidade, todas as deliberações e resoluções referentes a diretrizes e normas de aplicação dos recursos do FMAS.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.7º - São atribuições do Secretário Municipal de Assistência Social:

- I- Gerir o FMAS e estabelecer diretrizes e normas de aplicação dos seus recursos com o CMAS;
- II- Coordenar a execução dos recursos do FMAS, de acordo com o Plano de Aplicação previsto no Artigo 2º nesta Lei;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

- III- Submeter ao CMAS, após prévia discussão, o Plano de Aplicação dos Recursos do FMAS, em consonância com o Plano Municipal de atendimento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV- Apresentar ao CMAS, demonstração bimestral da Receita e da Despesa executada do FMAS, elaborada por contador habilitado;
- V- Emitir e assinar, cheques e ordens de pagamentos das despesas do FMAS;
- VI- Assinar cheques com o responsável pela contabilidade, quando for o caso;
- VII- Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados através do FMAS;
- VIII- Tornar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e contratos firmados e que digam respeito ao FMAS;
- IX- Manter os controles necessários à execução das Receitas e das Despesas do FMAS;
- X- Manter o controle dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do FMAS;
- XI- Solicitar à contabilidade do FMAS:
 - a)- mensalmente, demonstração da Receita e Despesa;
 - b)-trimestralmente, inventário de bens materiais;
 - c)-anualmente, inventário de bens móveis e balanço geral do FMAS;
- XII- Firmar, com a contabilidade do FMAS, a demonstração do Inciso IV;
- XIII- Providenciar junto à contabilidade do FMAS, para que na demonstração fique indicada a situação econômico-financeira do FMAS;
- XIV- Apresentar ao CMAS a análise e avaliação da situação econômico-financeira do FMAS, de acordo com os demonstrativos;
- XV- Manter o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não governamentais;
- XVI- Manter o controle da Receita do FMAS;
- XVII- Encaminhar ao CMAS, relatório mensal de acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação de Recursos do FMAS;
- XVIII- Fornecer ao Ministério Público, quando solicitado, demonstração de aplicação dos recursos do FMAS;

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO 1

DO ORÇAMENTO

Art. 5º - O orçamento do FMAS evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observado e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual e os princípios da universalidade e do equilíbrio.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

§ 1º- O Orçamento do FMAS, integrará o Orçamento do Município, especificamente da Secretaria Municipal de Assistência Social, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º- O Orçamento do FMAS observará, na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

SEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art.9º - A contabilidade do FMAS, tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do FMAS, observados os padrões e normas da legislação pertinente.

Art.10 - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, de informar, de apropriar e apurar custo dos serviços e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art.11- São atribuições do contador da FMAS:

- I- Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Assistência Social;
- II- Manter os controles necessários à execução orçamentária do FMAS, referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do FMAS;
- III- Manter, em articulação com o setor de patrimônio do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga do FMAS;
- IV- Encaminhar a contabilidade geral do Município:
 - a)- Mensalmente, demonstração de receita e despesa;
 - b)- Trimestralmente inventário de bens materiais;
 - c)- Anualmente, inventário dos bens móveis e imóveis e, balanço geral do FMAS;
- V- Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI- Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeiro do FMAS;
- VII- Apresentar ao Secretário Municipal de Assistência Social, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do FMAS, de acordo com os demonstrativos mencionados no Incisivo IV;

Art.12- A escrituração contábil será feita pelo método das partidas do FMAS.

§ 1º- A contabilidade do FMAS, emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços, conforme dispõe a Alínea "a", Inciso IV, do Artigo anterior.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais, de receita e da despesa executada pelos recursos do FMAS e, demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art.13- Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo Único-Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art.14- Constituem despesas do FMAS:

- I- O financiamento total ou parcial dos programas de proteção especial constantes do Plano de Aplicação;
- II- O atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o Inciso I do Artigo 2º da lei do CMAS.

Art.15- A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei e será depositada e movimentada através de rede bancária oficial.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Fazenda fica obrigada a liberar para a conta especial do FMAS, as receitas que lhe cabem, uma vez arrecadadas, ou iniciado o exercício financeiro.

Art.16- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 12 de dezembro de 2013.


Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

PUBLICADO

Jornal O Bandeirante
Edição 1.197 PG: 6 e 7
Data 18/12/13 a 19/12/13


Rubrica